

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

ANALISE DA CONCEPÇÃO DOS DOCENTES SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Maria Renata Furtado de Sousa¹, Ednalva da Silva Santos² Graziele Teles Ferreira³ Cícera Josevania Daniel Cordeiro⁴

Resumo

Em face das mudanças propostas, cada vez mais tem sido reiterada a importância da preparação de profissionais e educadores, em especial do professor de classe comum, para o atendimento das necessidades educativas de todas as crianças, com ou sem deficiências. O presente estudo tem como propósito analisar a concepção dos docentes sobre o processo de inclusão escolar de alunos portadores de necessidades especiais. O Estudo investigou a concepção de 10 (Dez) professores da Escola Estadual de Ensino Médio André Cartaxo, localizado no município de Mauriti-CE. As principais dificuldades indicadas para a realização da inclusão referiram-se à falta de formação especializada e de apoio no trabalho com alunos inseridos nas classes regulares. Diante disso, os estudos apresentaram questionamentos, ora sobre a revisão do processo de medicalização das deficiências, ora sobre a necessidade de treinamento dos profissionais, tornam-se evidentes os obstáculos à proposta de inclusão de alunos portadores de necessidades especiais. As dificuldades apresentadas pelos educadores neste estudo são graves e sugerem que ações governamentais sejam implementadas nas escolas.

Palavras-Chaves: Inclusão escolar. Docente. Formação.

¹Universidade Regional do Cariri, email: reresousq@gmail.com

²Universidade Regional do Cariri, email: santosednalva984@gmail.com

³Universidade Regional do Cariri, email: Declebeson@gmail.com

⁴Universidade Regional do Cariri, email: josevaniacordeiro2016@gmail.com

1 Introdução

No Brasil, destaca Ferreira (2006, p. 219), houve “a incorporação das diretrizes internacionais da educação para todos e da educação inclusiva nas políticas públicas”, o que determinou mudanças no sistema educacional, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96.

É sabido que os fundamentos teórico-metodológicos da inclusão escolar se centralizam numa concepção de educação de qualidade para todos, no respeito à diversidade dos educandos. Assim, em face das mudanças propostas, cada vez mais tem sido reiterada a importância da preparação de profissionais e educadores, em especial do professor de classe comum, para o atendimento das necessidades educativas de todas as crianças, com ou sem deficiências.

Para Martins (2003), a inclusão requer engajamento e planejamento, extrapolando os limites da escola e chegando às famílias desses alunos e às instituições sociais em geral, fazendo-se necessário, principalmente, “a orientação da comunidade escolar e o estabelecimento de um relacionamento efetivo entre a escola e a família” (p. 38).

O aluno com deficiência representa o novo, o desconhecido que, inesperadamente invade a sala de aula alterando os processos de ensino e aprendizagem. Segundo Mantoan (2003, p. 76) “a maioria dos professores tem uma visão funcional do ensino e tudo que ameaça romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula é inicialmente rejeitado”.

Segundo Prieto (2006, p. 57) a formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino que estejam comprometidos com a sua qualidade, assegurando que os professores estejam aptos a elaborar e implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, inclusive àqueles com necessidades educacionais especiais.

Professores capacitados, para:

(...) analisar os domínios de conhecimentos atuais dos alunos, as diferentes necessidades demandadas nos seus processos de aprendizagem, bem como (...) elaborar atividades, criar ou adaptar materiais, além de prever formas de avaliar os alunos para que as informações sirvam para retroalimentar seu planejamento e aprimorar o atendimento aos alunos. (Ibid., p. 58)

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

*05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri*

Prieto (2006, p. 59) aponta para a necessidade de se proceder a um levantamento do perfil acadêmico desses alunos e professores e de suas experiências com alunos com necessidades especiais, para que se organizem e implementem ações que promovam o acesso aos conhecimentos necessários para sua formação e atuação.

De acordo com Glat e Nogueira (2002, p. 25) na formação de professores, é preciso desenvolver a possibilidade de “analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos regulares de escolarização”, considerando as diferenças entre os alunos e atendendo às mesmas.

O professor do ensino especial precisa rever sua prática e possibilidades de atuação num contexto em que discute e se implementa a inclusão, a inserção do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular, a modificação ou adaptação das escolas especiais e a possibilidade da organização de redes de apoio.

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

*05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri*

2 Objetivos

Objetivo Geral

Analisar a concepção dos docentes sobre o processo de inclusão escolar de alunos portadores de necessidades especiais.

Objetivo Especifico

- Conhecer as dificuldades enfrentadas por professores no trabalho junto aos alunos com necessidades especiais;
- Identificar estratégias de ensino para a inserção de crianças com deficiência no ensino comum.

3 Metodologia

O presente trabalho foi realizado na Escola Estadual de Ensino Médio André Cartaxo, localizada no município de Mauriti - CE, tendo como público alvo Professores do 1º, 2º e 3º ano do ensino médio. Mauriti é um município brasileiro do estado do Ceará, situado na mesorregião do Sul Cearense na microrregião de Barro, fundado em 27 de agosto de 1890, pelo decreto Nº 51, com uma população de 44.217 hab. IBGE/2010, distância até a capital de 491Km.

Participaram deste estudo 10 professores. Todos os participantes eram do sexo feminino, sendo que a maioria dos docentes (sete) se encontra na faixa etária de 30 a 39 anos. Foram utilizados um questionário de identificação para docentes (contendo informações sobre idade, sexo, formação acadêmica, tempo de atuação profissional e participação em eventos) e um roteiro de questões orientadoras para as entrevistas semiestruturadas com esses profissionais.

Após a transcrição dos relatos, fez-se uma leitura ampla do material obtido. Em seguida, realizou-se a análise de conteúdo, a qual envolveu: a identificação dos temas e sua posterior divisão em unidades de respostas; o recorte dos textos de acordo com os conteúdos apresentados; e o agrupamento e a categorização das unidades de respostas, que representam o conjunto de ideias comuns ao grupo pesquisado.

4 Resultados

Quanto à formação educacional dos participantes, nove professores cursaram o magistério e também já haviam completado o ensino superior entre os anos de 1975 e 2002. No que concerne ao tempo de exercício profissional, todos os participantes apresentaram um longo período de experiência, com no mínimo nove anos de atuação na área.

Pôde-se verificar que a metade dos professores já possuía experiência anterior junto a alunos com deficiência. Somente um professor mencionou ter participado de curso e encontro acerca da educação inclusiva sem, contudo, especificá-lo. Na análise de conteúdo, foram estabelecidas algumas categorias a partir das respostas de docentes, formando a base para a análise de cada questão.

Dentre os argumentos mencionados pelos professores, obteve maior destaque o que atribui à noção de compartilhar o mesmo espaço físico a condição de principal elemento do conceito de educação inclusiva, sendo ressaltado por cinco docentes. As informações expostas evidenciam a preocupação com a falta de orientação no trabalho junto aos alunos com necessidades especiais.

Os dados coletados evidenciam a preocupação com a falta de orientação no trabalho junto aos alunos com necessidades especiais. Mesmo aqueles profissionais que recebem ou receberam algum tipo de orientação afirmaram que o que está sendo feito não é suficiente para atender às demandas surgidas durante o processo inclusivo.

A ausência de uma equipe formada por especialistas de diferentes áreas que atue em conjunto com os docentes e diretores parece ser um obstáculo importante para a realização de ações e projetos comprometidos com os princípios inclusivos. As necessidades apontadas indicam que o professor precisa ser auxiliado no processo de inclusão. Por estar a maior parte do tempo atuando junto aos alunos, o docente não pode trabalhar isoladamente.

As necessidades apontadas indicam que o professor precisa ser auxiliado no processo de inclusão. Por estar a maior parte do tempo atuando junto aos alunos, o docente não pode trabalhar isoladamente. É por esse motivo que

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

*05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri*

educadores destacaram, em diferentes níveis, o caráter imprescindível do apoio de profissionais especializados, da família e de toda a comunidade.

A promoção da saúde nos espaços escolares, de modo geral, deve ser tema discutido nos estudos sobre inclusão escolar, uma vez que se tem visto uma preocupação maior com a saúde do aluno com deficiência, no sentido de conter as limitações observadas.

Diante disso, os estudos apresentaram questionamentos, ora sobre a revisão do processo de medicalização das deficiências, ora sobre a necessidade de treinamento dos profissionais, não sendo observados questionamentos sobre a necessidade de se construir estratégias promotoras de saúde entre os profissionais da escola. Essas estratégias, se colocadas em prática, em muito poderão contribuir para a efetivação dos princípios estabelecidos pelas políticas inclusivas e para a estimulação do desenvolvimento social, acadêmico e emocional dos alunos.

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

*05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri*

5 Conclusão

Em face do quadro apresentado, tornam-se evidentes os obstáculos à proposta de inclusão. O principal deles parece ser a falta de preparo do professor para atuar com esses alunos. As dificuldades apresentadas pelos educadores neste estudo são graves e sugerem que ações governamentais sejam implementadas.

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

6 Referências

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2007.

FERREIRA, W. B. Inclusão x exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. In: RODRIGUES, D. (org.) **Inclusão e educação**: doze

FREITAS, S.N. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. In: Rodrigues (org.). **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

GLAT, R. e NOGUEIRA, M. L. de L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. In: **Revista Integração**. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Especial, ano 14, n. 24, 2002.

MANTOAN, M. T. E. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: ARANTES, V. A. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2003.

MARTINS, L. A. R. **A inclusão escolar do portador da síndrome de Down**: o que pensam os educadores? Natal: EDUFRN, 2003. olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.